

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.802.611 - RO (2019/0067879-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE** : ESTADO DE RONDÔNIA  
**PROCURADOR** : FÁBIO DE SOUSA SANTOS E OUTRO(S) - RO005221  
**RECORRIDO** : JOSÉ LUIZ LENZI  
**ADVOGADOS** : JOSÉ DE ALMEIDA JÚNIOR E OUTRO(S) - RO001370  
CARLOS EDUARDO ROCHA ALMEIDA - RO003593  
HUDSON DELGADO CAMURÇA LIMA - RO006792

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. MEDIDAS COERCITIVAS ATÍPICAS. SUSPENSÃO DA CNH, APREENSÃO DO PASSAPORTE E CANCELAMENTO DOS CARTÕES DE CRÉDITO. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL E NECESSIDADE DE REEXAME DA PROVA.

1. A fundamentação de natureza constitucional do acórdão não pode ser deslindada nesta via e a pretensão que visa convencer de que as medidas constritivas requeridas serão úteis ao fim colimado na execução esbarra no óbice da necessidade de reexame do conjunto-probatório dos autos.

2. Não fosse o bastante, em se tratando especificamente de execução fiscal, esta Corte de Justiça já teve oportunidade de se posicionar no sentido de que "as medidas atípicas afritivas pessoais não se firmam placidamente no executivo fiscal. A aplicação delas, nesse contexto, resulta em excessos" (HC 453.870/PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 15/8/2019).

3. Recurso especial não conhecido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília, 08 de outubro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes  
Relator